

I – Introdução

I – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota Prévia

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2007, para que dentro dos prazos previstos pelo Decreto - Lei 54 – A/99¹, de 22 de Fevereiro e em conformidade com a alínea e) do n.º 2 ao artigo 64º, conjugado com a alínea c) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovado pelo órgão executivo, apreciada e votada pelo órgão deliberativo, a correspondente Prestação de Contas da Autarquia.

Este relatório tem, assim, por objectivos:

- I) Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- II) Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos financiamento externo e condições de funcionamento;
- III) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados.

O Orçamento do Município para 2007 foi elaborado no respeito pelo Decreto – Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovado nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, vem estabelecer novas regras ao regime financeiro dos municípios, entre muitas alterações verifica-se designadamente, a obrigatoriedade de

¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

consolidação de contas com empresas participadas em 100% (art.º 46) e as contas anuais verificadas por um auditor externo (art.º 48). Como se pode verificar mediante uma análise pormenorizada a este documento, não foram efectuadas nem a consolidação de contas, uma vez que ainda se aguardam instruções por parte da administração central para definir regras gerais de consolidação, nem a presente conta foi verificada por um auditor externo, cuja prestação de serviços já teve início mas orientada para a aferição das contas de 2008.

Assim e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
- c) Mapa de Execuções Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- d) Mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano
- e) Mapas das Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano
- f) Mapa de Fluxos de Caixa
- g) Operações de Tesouraria
- h) Balanço
- i) Demonstração de Resultados
- j) Anexos às Demonstrações Financeiras
- k) Relatório de Gestão

Apesar de todos os esforços, ainda não foi no ano de 2007 que a Autarquia conseguiu implementar integralmente o POCAL, pois ainda não se conseguiu avançar com a Contabilidade de Custos (a implementar em 2008) e nem aprovar o Balanço Inicial, pelo facto de existirem muitos bens que ainda não foram inventariados pelo que só se irá proceder à aprovação deste, quando todos os bens, quer os de Domínio Público, quer os de Domínio Privado se encontrarem totalmente inventariados de acordo com os parâmetros exigidos pela Lei em vigor. De notar, porém, que a CMPL tem vindo a proceder a uma auscultação alargada do mercado, com vista a obter valores de referência para o orçamento de execução destes trabalhos, que deverão vir a ser contratualizados no ano em curso.

1.2 – Sumário: Descrição dos aspectos mais significativos da Conta Anual da Autarquia

As contas apresentadas neste documento são reflectidas numa base de rigor, transparência e obedecendo aos preceitos legais.

Ao longo deste exercício económico poderemos concluir sumariamente que na receita se verificam dificuldades na execução das verbas provenientes de fundos comunitários e que impedem uma redução substancial da dívida autárquica.

No que concerne à dívida global verifica-se uma redução de 4,2%, e nas dívidas a médio e longo prazo uma redução de 9%, facto que acontece pela primeira vez no último quadriénio.

No cômputo geral este documento atesta a realidade e todas as actividades autárquicas.

A) Processo Orçamental

1. Orçamento da Receita:

	Valor
• Orçamento Inicial	19.000.000
• Reforço	301.390
• Orçamento Final	19.301.390

2. A receita liquidada totalizou 13.793.202 €, sendo 120.586€ referente a dívidas de terceiros à Autarquia, transitado de anos anteriores. Desta situação resulta receitas por cobrar no final do ano, no valor de 173.634€ e um grau de execução da receita de 71,2%.

3. Principais fontes de Receita:

	Valor	%
• Impostos Directos	2.341.201	17,1
• Transf. Orçamento Estado	6.847.763	49,8
• Outras Participações	2.271.147	16,5
• Venda de Bens e Serviços	937.913	6,8

4. Orçamento da Despesa:

	Valor
• Orçamento Inicial	19.000.000
• Reforço	301.390

- Orçamento Final 19.301.390

Os compromissos assumidos ascenderam a um valor de 18.337.830€ e do qual foram pagos 13.715.749€. Assim a taxa de execução da despesa foi de 71,1%.

5. Da situação apresentada no ponto anterior, e tendo em conta a necessidade de orçamentação de toda a dívida pendente no ano subsequente, que fez transitar para este exercício um passivo considerável, resultou uma Dívida Orçamental, relativa a Despesas realizada por pagar, no valor de 4,6 milhões de euros.

6. Operações de Tesouraria:

	Valor
• Saldo Inicial	25.951
• Movimentos de Entrada	766.030
• Movimentos de Saída	761.778
• Saldo Final	30.203

7. Garantias e cauções:

	Valor
• Saldo Inicial	683.491
• Movimentos de Entrada	164.324
• Movimentos de Saída	337.011
• Saldo Final	510.804

8. Saldo de Gerência de 2007 para 2008:

	Valor
• Saldo de Execução Orçamental	22.995,90
• Saldo de Operações não Orçamentais	541.006,10
Saldo de Contas de Ordem	510.803,58
Saldo de Operações de Tesouraria	26.103,04

B) Processo Económico-Financeiro

1. O Balanço à data de 31.12.2007 evidencia:

	2006	2007
		Euros
• Total do Activo	31.854.725	31.556.374
• Fundos Próprios	15.729.618	18.006.531
• Passivo	12.978.415	13.549.843
• Resultado Líquido	1.931.780	2.276.913

2. Demonstração de Resultados por Funções

	2006	2007
		Euros
• Resultados Operacionais	1.922.918	2.277.748
• Resultados Financeiros	615.813	336.404
• Resultados Correntes	2.538.731	2.614.151
• R. Líquido do Exercício	1.931.780	2.276.913

3. Movimentos no Activo Imobilizado

	2006	2007
		Euros
• Aumento do Imobilizado	4.587.524	4.544.330
• Amortizações do Exercício	1.162.445	1.369.370

4. Outros registos relevantes

	Valor
	Euros
• Acréscimo de Proveitos	176.627
• Custos Diferidos	238.759
• Acréscimo de Custos	378.579
• Proveitos Diferidos	4.135.652
• Amortização de Proveitos Diferidos	264.675

5. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

	2006	2007
		<small>€uros</small>
• Empréstimos Bancários	4.734.512	4.307.018
• Crédito Leasing	68.321	50.214

6. Dívida a Terceiros – Curto Prazo

	2006	2007
		<small>€uros</small>
• Credores de Execução Orçamental	3.989.369	4.187.582
• Credores de Operações Tesouraria	709.412	541.006

De salientar que o Passivo Bancário sofreu uma redução de quase 430 mil Euros, o equivalente a 9% do valor em dívida no final de 2006.

II – Execução do Orçamento

II – Execução Global do Orçamento

2.1 – Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efectivamente arrecadadas.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final com os montantes executados da Receita e Despesa, obtêm-se as variações que o quadro seguinte revela. Assim, em termos absolutos verifica-se, uma taxa de execução da receita de 71,2%, a qual em termos percentuais é ligeiramente superior à taxa de execução da despesa no valor de 71,1%. Estes rácios traduzem uma razoável capacidade de realização das actividades programadas, tanto mais que a taxa referente à realização da despesa é calculada com base nos valores efectivamente pagos.

Execução do Orçamento do ano 2007

€uros

Designação	Orçamento		Execução (c)		Desvio	Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)	Ano Ant.	Ano	(c) - (b)	
Receitas	19.000.000	19.301.390	46.445	13.692.300	-5.609.090	71,2
Correntes	10.174.800	10.215.740	0	9.917.209	-298.531	97,1
Capital	8.825.200	9.039.200	0	3.774.216	-5.264.984	41,8
Outras		46.450	46.445	875	870	101,9
Despesas	19.000.000	19.301.390		13.715.749	-5.585.641	71,1
Correntes	8.750.000	9.196.390		8.351.588	-844.802	90,8
Capital	10.250.000	10.105.000		5.364.161	-4.740.839	53,1

Conforme se pode verificar, o total do Orçamento aprovado, no montante de 19.000.000€, foi durante a execução orçamental elevado a 19.301.390€ (+ 1,6%), devido à inclusão do saldo orçamental transitado do exercício económico anterior e de receitas consignadas.

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 97,1%, conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e ainda 29,2% das despesas de capital. Destes valores resulta uma Poupança Corrente de 1,6 milhões de Euros, que foi canalizada para financiar o investimento camarário.

Ao analisar o quadro da evolução orçamental entre o ano 2006/2007, detectamos uma variação negativa de 2,5 % na Receita e de 2,3% na Despesa.

Esta análise contempla apenas os valores efectivamente recebidos/pagos e não das responsabilidades assumidas.

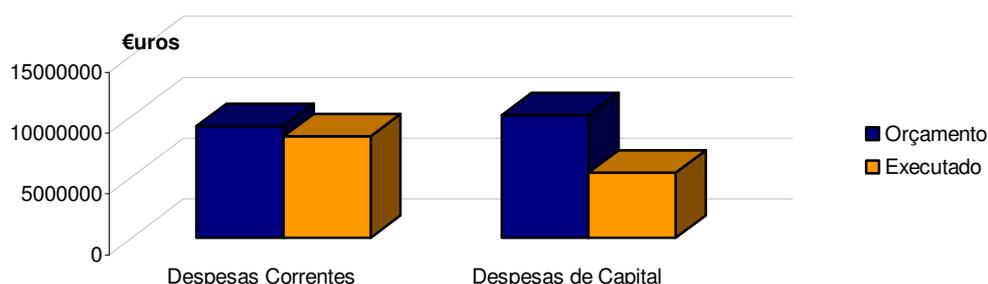
Evolução Orçamental

€uros

Designação	Execução 2006	Execução 2007	Variação	
			Valor	%
Receitas	14.087.387	13.738.745	-348.642	-2,5
Despesas	14.040.942	13.715.749	-325.193	-2,3

Os gráficos seguintes permitem uma comparação entre os valores previstos no Orçamento e os valores executados, desagregados de acordo com a sua natureza económica (Corrente e Capital).

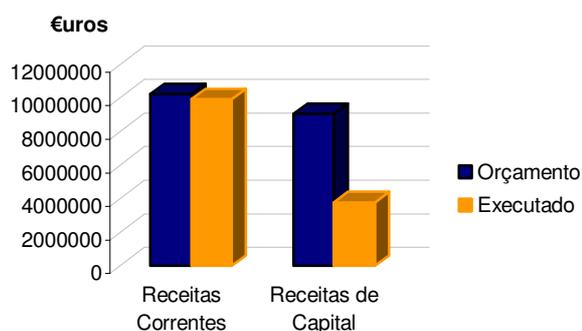
Comparação entre a Despesa Orçamentada e Executada



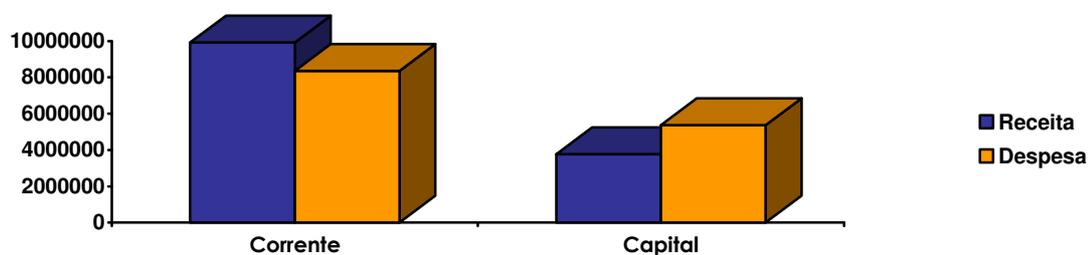
As Despesas Correntes contribuíram para um maior grau de execução no total das Despesas, com uma realização de 91%, enquanto que as Despesas de Capital se situaram numa taxa de realização acentuadamente inferior de 53%.

Comparação entre a Receita Orçamentada e Executada

Relativamente à análise desagregada da Receita, deparamos com uma execução da Receita Corrente de 97%, enquanto que a Receita de Capital se detém apenas nos 42% de execução. Na análise sectorial deste relatório ter-se-á oportunidade de verificar as razões das variações entre o valor orçado e o valor efectivamente executado.



Comparação entre a Receita/Despesa Executada



Grau de Cobertura Global das Receitas/Despesas

Rácios	2005	2006	2007
Receita Total/ Despesa Total	101,9	100,3	100,2
Receita Corrente/Despesas Corrente	123,6	112,8	118,7
Receita de Capital/Despesa de Capital	66,7	80,8	70,4
Passivos Financeiros (Receita) /Despesa Total	5,8	7,1	0,0
Receitas Próprias/Despesa Total	27,1	28,0	33,3
Fundos Municipais/Despesa Total	49,8	48,0	49,9
Receita Cobrada localmente/Despesa Total	15,7	16,2	16,3
Transferências da Administração Central/ Despesa Total	62,0	62,4	64,4

2.2 – Alterações e Revisões Orçamentais

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos das previsões às realizações então efectivadas, obtém-se o seguinte quadro, no qual se agregam todas as modificações, tanto nos reforços como nas anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa autárquica.

Distribuição das Alterações/Revisão Orçamentais por Natureza Económica

Capítulo	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	8.750.000	41,6	447.190	800	9.196.390	47,6	446.390	105,1
01 Pessoal	3.500.000	16,9	26.100	0	3.526.100	18,3	26.100	8,7
02 Aquisição de bens e serviços	3.730.350	17,5	323500	0	4.053.850	21,0	323.500	107,4
03 Encargos da dívida	178.050	0,5	33000	0	211.050	1,1	33.000	11,0
04 Transferências	1.271.550	6,3	64590	0	1.336.140	6,9	64.590	21,4
05 Subsídios	50	0	0	0	50	0,0	0	0,0
06 Outras despesas correntes	70.000	0,3	0	800	69.200	0,4	-800	-0,3
Despesas de Capital	10.250.000	58,4	154.050	299.250	10.104.800	52,4	-145.200	-48,2
07 Aquisição de bens de investimento	9.653.900	53	0	299.250	9.354.650	48,5	-299.250	-99,4
08 Transferências de capital	147.500	1,3	21.000	0	168.500	0,9	21.000	7,0
09 Activos financeiros	141.500	2,2	0	0	141.500	0,7	0	0,0
10 Passivos financeiros	307.000	1,6	122.500	0	429.500	2,2	122.500	40,7
11 Outras despesas de capital	100	0,3	10.550	0	10.650	0,1	10.550	3,5
Total	19.000.000	100	601.240	300.050	19.301.190	100	301.190	100

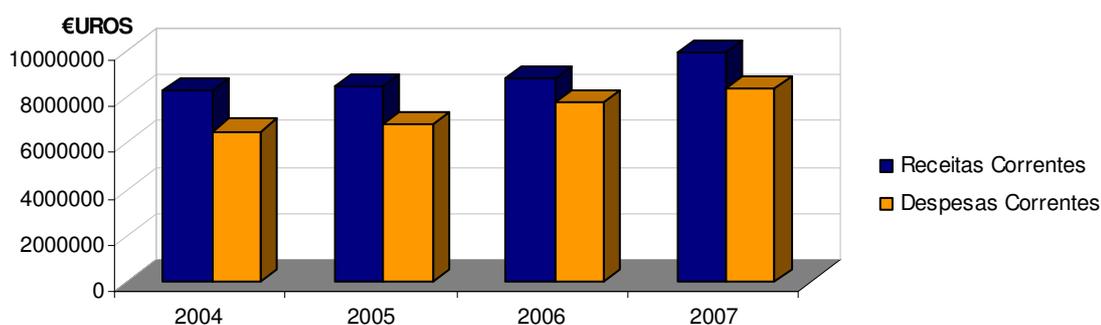
Conclui-se da observação do quadro anterior, que para além do aumento líquido de 301 mil euros do orçamento, ocorrerem movimentações inter-rubricas de Despesas de Capital para corrente. Esta movimentação só é possível se existir receitas correntes suficientes para financiar todas as despesas correntes, como se pode verificar, no orçamento verifica-se um superavit – poupança corrente.

Este aumento líquido resulta de uma revisão ao orçamento para integração de saldos do ano anterior e de diversas alterações ao orçamento da Receita e da Despesa que originou um aumento global do orçamento de 254.940€: Este aumento traduz-se a receitas consignadas a determinadas despesas, designadamente: Financiamento de 100% de despesas com transportes de alunos no âmbito do reordenamento escolar – 14.040€, financiamento em overbooking da Obra Escola da Vila e consequente amortização de parte do empréstimo contraído para esta obra no valor de 125.000€; Aprovação da candidatura Ave Digital – 89.000€, e aprovação do projecto para Gabinete Florestal no valor de 26.900€.

2.3 – Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes, desde que no mínimo as receitas correntes financiem as despesas correntes.

Todavia esta norma mantém-se presente na execução orçamental, permitindo a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação no investimento. Efectivamente verifica-se que ao analisar a execução orçamental de 2007, que as Receitas Correntes não só financiaram todas as Despesas Correntes, como ainda financiaram 29,2% das Despesas de Capital, gerando-se assim uma poupança corrente. O gráfico que se segue representa a relação Receitas Correntes/Despesas Correntes executados nestes últimos quatro anos.



Verifica-se que efectivamente as Despesas Correntes tem vindo a aumentar nos últimos anos, mas a Receita Corrente tem acompanhado essa evolução bem como continuado a financiar as Despesas de Capital.

2.4– Resumo dos Movimentos Financeiros de 2007

O saldo a transitar para 2008 no que respeita a operações orçamentais é de 22.996€, o quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano de 2007.

€uros

Designação	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2006	46.444,96	709.441,89	755.886,85
(2) Receitas arrecadadas	13.692.299,77	920.391,85	14.612.691,62
(3) Despesas efectuadas	13.715.748,83	1.088.827,64	14.804.576,47
Saldo a transitar para 2008 (1+2-3)	22.995,90	541.006,10	564.002,00

III – Processo Orçamental

III – PROCESSO ORÇAMENTAL

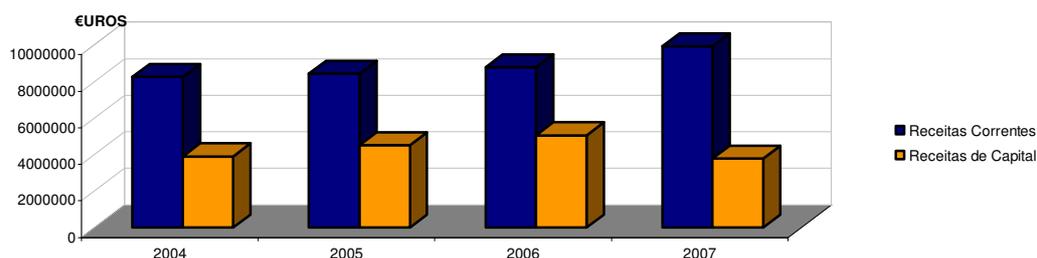
3.1 – Execução Orçamental da Receita

No presente capítulo é efectuada a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, reflectido nas alterações nele introduzidas ao longo do ano económico, o grau de execução de receita alcançado face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

Estando a autonomia financeira da autarquia dependente dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, é relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos.

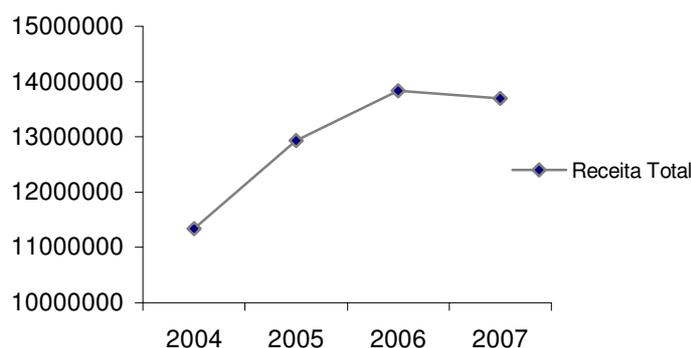
➤ Evolução da Receita Global

Evolução das Receitas no Período 2004-2007



Estes gráficos permitem visualizar não só a evolução global das receitas como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Receita Total



As Receitas Correntes têm tido nos últimos anos um crescente peso em relação à Receita Total, cerca de 68% em 2004, 61% em 2005, de 62% em 2006 e de 72% em 2007. Conjugam-se, para tal, dois tipos de factores: o aumento da capacidade de angariação de receitas próprias e os sucessivos atrasos na liquidação de verbas ligadas a candidaturas a Fundos Comunitários

Verifica-se um decréscimo da receita arrecadada de aproximadamente 4% de 2003/2004, uma acentuada recuperação de 14% de 2004/2005, menos acentuada de 2005/2006 (2%) e um decréscimo de 2,5% em 2006/2007.

Evolução das Receitas no Período 2004-2007

Designação	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	8.249.329	68,2	8.432.655	61,1	8.774.620	62,3	9.917.209	72,2
01 Impostos Directos	1.599.011	13,2	1.549.257	11,2	1.692.175	12,0	2.341.201	17,0
02 Impostos Indirectos	162.801	1,3	189.459	1,4	143.997	1,0	215.432	1,6
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	389.026	3,2	372.934	2,7	340.437	2,4	359.963	2,6
05 Rendimentos Propriedade	552.732	4,6	504.753	3,7	578.443	4,1	539.495	3,9
06 Transferências Correntes FCM/FGM/FBM	3.966.926	32,8	4.046.265	29,3	4.046.265	28,7	4.395.088	32,0
Outros	604.981	5,0	779.004	5,6	945.458	6,7	1.091.623	7,9
07 Venda Bens e Serviços	915.938	7,6	987.482	7,2	893.346	6,3	937.913	6,8
08 Outras Receitas Correntes	57.914	0,5	3.501	0,0	134.499	1,0	36.494	0,3
Receitas de Capital	3.849.994	31,8	5.375.711	38,9	5.312.767	37,7	3.821.536	27,5
09 Venda Bens Investimento	48.270	0,4	71.419	0,5	189.828	1,3	135.970	1,0
10 Transferências de Capital FCM/FGM/FBM	2.644.618	21,9	2.697.510	19,5	2.697.510	19,1	2.452.675	17,9
Outros	375.729	3,1	929.716	6,7	1.169.150	8,3	1.179.523	8,6
11 Activos Financeiros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
12 Passivos Financeiros	0	0,0	790.000	5,7	1.000.000	7,1	0	0,0
13 Outras Receitas Capital	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6.048	0,0
Outras Receitas	781.377	6,5	887.066	6,4	256.279	1,8	47.320	0,3
15 Rep. n/abatidas nos pagam.	25.963	0,2	11.433	0,1	664	0,0	875	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	755.414	6,2	875.633	6,3	255.615	1,9	46.445	0,3
Total Geral	12.099.323	100	13.808.366	100	14.087.387	100	13.738.745	100

A estrutura e análise das Receitas Correntes do último quadriénio neste quadro acima representado, continua a verificar-se a grande importância que as Transferências Correntes têm vindo a ter na representatividade do total das Receitas Correntes.

O comportamento das Receitas de Capital tem tido ao longo do quadriénio oscilações bastante significativas, verificando-se uma variação positiva de 2004 para 2005, sofre um ligeiro decréscimo em 2006, mas que se acentua em 2007 em

que se arrecadou o menor valor desde 2004, muito por força nos atrasos de recebimentos de participações financeiras.

Execução da Receita sem a utilização de Empréstimos

Designação	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Totais (1)*	11.343.909	100	12.932.732	100	13.831.772	100	13.692.300	100,0
Empréstimos Bancários (2)	0	0	790.000	6,1	1.000.000	7,8	0	0,0
Total = (1) - (2)	11.343.909	100	12.142.732	93,9	12.831.772	92,2	13.692.300	100,0
Taxa de Crescimento			0,07		0,06		0,07	

*Excluído o saldo transitado do ano anterior

Na análise deste quadro pode verificar-se que apesar de se ter contraído e utilizado empréstimos em 2005 e 2006, a execução orçamental da receita sem utilização de Empréstimos tem sido superior de ano para ano:

2004/2005 ⇒ + 0,07% (+ 798.823€);

2005/2006 ⇒ + 0,06% (+689.040€);

2006/2007 ⇒ + 0,07% (+860.528€).

Estrutura da Receita

Rácios	2005	2006	2007
Receita Próprias/Receita Total	26,6	27,9	33,3
Receita Cobrada localmente/Receita Total	15,4	16,2	16,2
Impostos Directos/ Receita Total	11,2	12,0	17,0
Fundos Municipais/Receita Total	48,8	47,9	49,8
Transferências da Administração Central/ Receita Total	60,8	62,2	65,8
Passivos Financeiros/Receita Total	5,7	7,1	0,0
Venda de Bens e Serviços e Investimento/ Receita Total	7,7	7,7	7,8

3.1.1 – Grau de Execução da Receita

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas Correntes	10.215.740,00	52,9	9.917.208,52	72,2	-298.531,48	97,1
01 Impostos Directos	1.650.000,00	8,5	2.341.201,08	17,0	691.201,08	141,9
02 Impostos Indirectos	273.950,00	1,4	215.432,09	1,6	-58.517,91	78,6

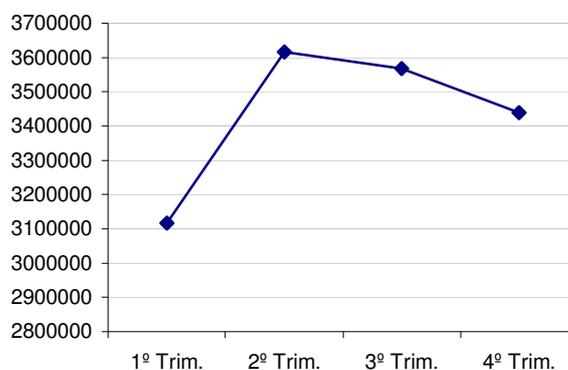
€uros

04 Taxas, Multas e Out. Penal.	476.450,00	2,5	359.962,55	2,6	-116.487,45	75,6
05 Rendimentos Propriedade	566.100,00	2,9	539.495,14	3,9	-26.604,86	95,3
06 Transferências Correntes	6.030.940,00	31,2	5.486.711,42	39,9	-544.228,58	91,0
07 Venda Bens e Serviços	1.057.300,00	5,5	937.912,67	6,8	-119.387,33	88,7
08 Outras Receitas Correntes	161.000,00	0,8	36.493,57	0,3	-124.506,43	22,7
Receitas de Capital	9.039.200,00	46,8	3.774.215,84	27,5	-5.264.984,16	41,8
09 Venda Bens Investimento	356.000,00	1,8	135.969,81	1,0	-220.030,19	38,2
10 Transferências de Capital	8.577.200,00	44,4	3.632.198,45	26,4	-4.945.001,55	42,3
11 Activos Financeiros	102.000,00	0,5	0,00	0,0	-102.000,00	0,0
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	0,00	0,0	-1.000,00	0,0
13 Outras Receitas Capital	3.000,00	0,0	6.047,58	0,0	3.047,58	201,6
Outras Receitas	46.450,00	0,2	47.320,37	0,3	870,37	101,9
15 Rep. n/abatidas nos pagamentos	5,04	0,0	875,41	0,0	870,37	17369,2
16 Saldo da Gerência anterior	46.444,96	0,2	46.444,96	100	0,00	100,0
Total	19.301.390,00	100	13.738.744,73	100	-5.562.645,27	71,2

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com a relativa discrepância verificada entre a previsão orçamental (19.301 milhares euros) e o valor efectivo das cobranças (13.739 milhares de euros), valor que traduz uma taxa de execução real da Receita de 71%.

Execução da Receita por Trimestres

Da análise do gráfico que se apresenta, verifica-se um gradual crescimento da receita do 1º para o 2º trimestre. O acréscimo ligeiro do 2º para o 3º trimestre, mas bastante mais acentuado para o 4º.



3.1.2 – Execução da Receita Corrente

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas Correntes	10.215.740,00	52,9	9.917.208,52	72,2	-298.531,48	97,1
01 Impostos Directos	1.650.000,00	8,5	2.341.201,08	17,0	691.201,08	141,9
02 Impostos Indirectos	273.950,00	1,4	215.432,09	1,6	-58.517,91	78,6
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	476.450,00	2,5	359.962,55	2,6	-116.487,45	75,6

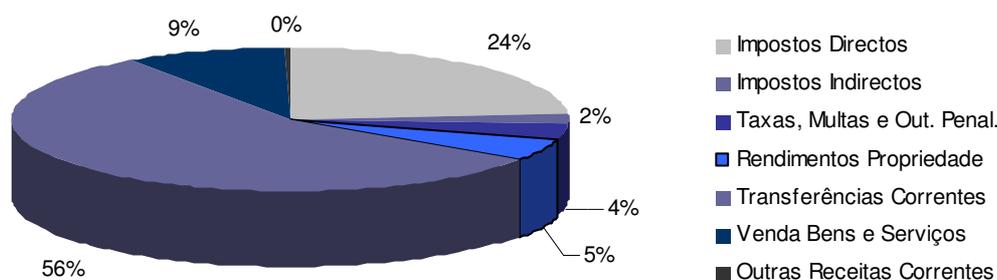
05 Rendimentos Propriedade	566.100,00	2,9	539.495,14	3,9	-26.604,86	95,3
06 Transferências Correntes	6.030.940,00	31,2	5.486.711,42	39,9	-544.228,58	91,0
07 Venda Bens e Serviços	1.057.300,00	5,5	937.912,67	6,8	-119.387,33	88,7
08 Outras Receitas Correntes	161.000,00	0,8	36.493,57	0,3	-124.506,43	22,7

Para o grau de execução de 97% da Receita Corrente, contribuiu a elevada realização das receitas fiscais (Impostos Directos), Rendimentos de Propriedade, bem como as Transferências Correntes que obtiveram grau de execução de 95%.

As Receita Correntes que mais ficaram aquém do valor estimado destacam-se: as Taxas, Multas e Outras Penalidades com uma execução de 76%; Venda de Bens e Serviços (89%), e Outras Receitas Correntes com 23%.

No global a execução das Receitas Correntes conseguiu obter-se uma execução muito positiva.

Estrutura da Receita Corrente Cobrada



3.1.2.1 – Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à importância desenvolver-se-á, de seguida, um estudo mais detalhado da Receita Corrente mais representativa.

➤ Receitas Fiscais

€uros

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos Directos	1.650.000,00	68,7	2.341.200,95	80,3	141,9
Imposto Municipal Imóveis	827.000,00	34,5	892.344,00	30,6	107,9
Imposto Municipal Veículos	205.000,00	8,5	243.219,17	8,3	118,6
Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis	475.500,00	19,8	1.154.532,82	39,6	242,8

Impostos Abolidos	142.000,00	5,9	46.806,69	1,6	33,0
Impostos Directos Diversos	500,00	0,0	4.298,27	0,1	859,7
02 Impostos Indirectos	273.950,00	11,4	215.432,09	7,4	78,6
Mercados e Feiras	100.000,00	4,2	90.783,18	3,1	90,8
Loteamentos e Obras	127.000,00	5,3	88.683,33	3,0	69,8
Ocupação da Via Pública	20.000,00	0,8	16.747,50	0,6	83,7
Publicidade	4.500,00	0,2	1.376,64	0,0	30,6
Saneamento - Conservação	400,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Utilização da Rede Viária	400,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outros	21.650,00	0,9	17.841,44	0,6	82,4
04 Taxas, Multas e Out. Penalidade	476.450,00	19,8	359.962,55	12,3	75,6
Mercados e Feiras	1.000,00	0,0	605,25	0,0	60,5
Loteamentos e Obras	239.000,00	10,0	195.912,57	6,7	82,0
Ocupação da Via Pública	200,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Caça e Uso e Porte de Arma	1.000,00	0,0	895,31	0,0	89,5
Saneamento	100.000,00	4,2	58.733,00	2,0	58,7
Outros	110.200,00	4,6	75.818,54	2,6	68,8
Multas e Outras Penalidades	25.050,00	1,0	27.997,88	1,0	111,8
Total	2.400.400,00	100	2.916.595,59	100	121,5

A receita fiscal no que concerne aos Impostos Directos, Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades obteve uma execução muito positiva de 121,5%. As regras previsionais impostas pelo POCAL obrigam à média dos últimos 24 meses, não se prevendo o crescimento ou a eventual cobrança de receitas que nos anos anteriores não havia ocorrido. O que efectivamente contribui para esta execução foi os Imposto Municipal S/Transmissão onerosa de Imóveis com uma execução de 243%, o que resulta de um maior dinamismo do mercado imobiliário ao longo de 2007 que não seria possível antecipar face às regras de orçamentação em vigor. Pois ao analisar-se a componente de Impostos Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades verifica-se que apenas conseguiram obter uma execução de 79% e 76% respectivamente. Tal quebra de receita justifica-se pela baixa execução na rubrica Loteamentos e Obras e na rubrica de saneamento, pois não se verificou um aumento das tarifas praticadas desde 2002.

➤ Transferências Correntes

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	4.404.000,00	73,0	4.411.868,26	86,7	7.868,26	100,2
Fundos Comunitários	571.500,00	9,5	147.071,00	0	-424.429,00	25,7
Outros/Contratos Programa	1.055.440,00	17,5	927.772,16	13,3	-127.667,84	87,9
Total	6.030.940,00	100	5.486.711,42	100	-544.228,58	91,0

Pela positiva, temos as transferências com um grau de execução de 91%. O valor que se destaca pela negativa por ter obtido apenas uma execução de aproximadamente 26% é o dos Fundos Comunitários. Tal deve-se ao facto de haver atrasos no recebimento de verbas referentes a acções levadas a cabo pela Autarquia, designadamente: Ciclo de Workshop's, diversas actividades e Agricultura Biológica.

➤ Venda de Bens e Serviços

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
07 Venda de Bens e Serviços	1.057.300,00	100	937.912,67	100	-119.387,33	88,7
Venda de Bens	308.700,00	29,2	233.609,08	24,9	-75.090,92	75,5
Serviços	716.600,00	67,8	688.827,94	73,4	-27.772,06	96,1
Rendas	32.000,00	3,0	15.475,65	1,7	-16.524,35	48,4

€uros

Um dos principais aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior é a execução das rendas, na qual apenas se obteve uma execução de 48%, deve-se por haver processos em tribunal para cobrança de rendas em atraso. No que concerne à Venda de bens com uma taxa de execução de 76%, tal justifica-se essencialmente por dois factores: por haver cada vez mais dividas em atraso nos recibos de água e sobretudo pela pouca adesão dos munícipes à ligação à rede de água à medida que esta vai sendo concluída.

A que melhor obteve execução com 96% foi os Serviços, que em quase todas as suas componentes obtiveram uma execução muito satisfatória.

➤ Outras Receitas Correntes

A execução de apenas 23% justifica-se essencialmente pelo facto de a legislação do IVA ter-se alterado no decorrer do ano de 2007, em que quase já não haverá reembolso deste imposto uma vez que o IVA de empreitadas de Abastecimento de Agua se liquida e deduz em simultâneo.

3.1.3 – Execução da Receita de Capital

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas de Capital	9.039.200,00	46,8	3.774.215,84	27,5	-5.264.984,16	41,8
09 Venda Bens Investimento	356.000,00	1,8	135.969,81	1,0	-220.030,19	38,2
10 Transferências de Capital	8.577.200,00	44,4	3.632.198,45	26,4	-4.945.001,55	42,3
11 Activos Financeiros	102.000,00	0,5	0,00	0,0	-102.000,00	0,0
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	0,00	0,0	-1.000,00	0,0
13 Outras Receitas Capital	3.000,00	0,0	6.047,58	0,0	3.047,58	201,6
Outras Receitas	46.450,00	0,2	47.320,37	0,3	870,37	101,9

€uros

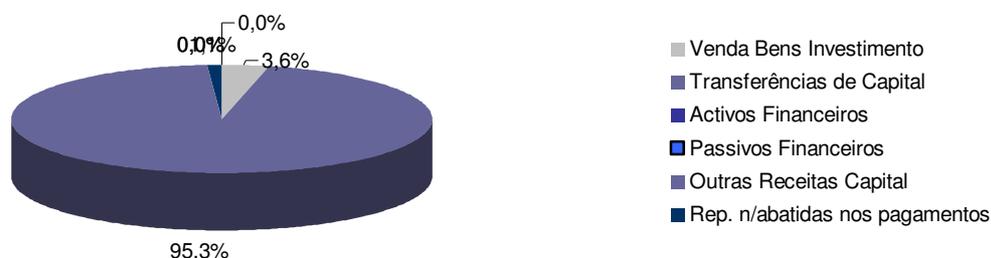
15 Rep. n/abatidas no	5,04	0,0	875,41	0,0	870,37	17369,2
pagamentos						
16 Saldo da Gerência anterior	46.444,96	0,2	46.444,96	100	0,00	100,0

Deste quadro pode observar-se que entre a Receita de Capital prevista e a que foi efectivamente executada há um desvio de 5.264.984€, e apresenta um grau de execução de aproximadamente 42%.

Efectivamente, embora as estimativas assentem em montantes justificados, a baixa concretização justifica-se essencialmente pela baixa execução de Venda de Bens de Investimento (38%) e das Transferências de Capital (42%).

A composição dos valores arrecadados e afectos às Receitas de Capital por agregados económicos pode ser observado no gráfico que se segue:

Estrutura da Receita de Capital



3.1.3.1 – Principais Componentes da Receita de Capital

➤ Transferências de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	3.628.700,00	42,3	2.452.675,00	67,5	-1.176.025,00	67,6
Fundos Comunitários	4.921.000,00	57,4	1.179.523,45	32,5	-3.741.476,55	24,0
Outros/Contratos Programa	27.500,00	0,3	0,00	0,0	-27.500,00	0,0
Total	8.577.200,00	100	3.632.198,45	100	-4.945.001,55	42,3

Da análise ao quadro das Transferências de Capital deparamo-nos com um grau de execução de 42%, face ao valor inicialmente previsto.

A execução das Transferências do Exterior é preocupantemente baixa (24%), tendo essencialmente em conta o atraso de recebimento de verbas provenientes do exterior referente a obras que já se encontram concluídas e em curso.

O facto de nas transferências do OE apenas se ter obtido uma execução de 68%, deve-se pelo facto haver atrasos nas participações do INAG e o IEP.

Estes atrasos não estão de forma alguma associados a uma inactividade da autarquia, pelo contrário, tem-se encetado inúmeras tentativas para que estas participações sejam mais céleres. Como resultará claro, aliás, este é um dos factores mais determinantes para a ainda insuficiente regularização de dívidas assumidas perante terceiros, que se vem arrastando desde o início do presente mandato autárquico

3.2 – Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto efectuar-se-á a análise da despesa nas diferentes ópticas (classificação orgânica e económica). Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado um maior destaque às despesas afectas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, permitindo avaliar a sua execução e do alcance dos objectivos previstos naquele documento.

A despesa global paga foi de 13.715.749€. Apresenta um desvio de 5.585.641€ relativamente ao valor orçamentado, o que traduz uma taxa de execução orçamental da despesa paga de 71,1%.

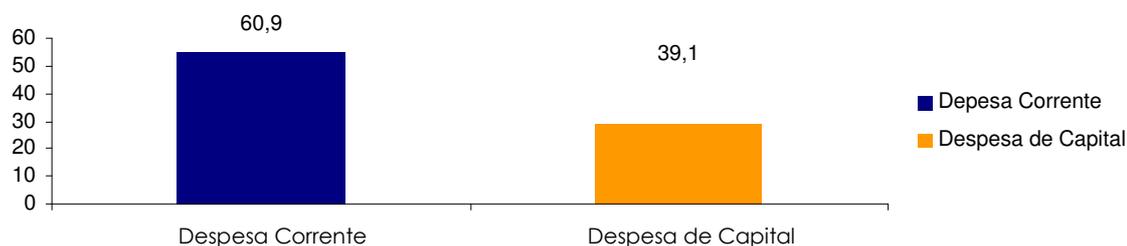
Execução Orçamental da Despesa por Classificação Económica

O quadro que se segue resume na óptica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os valores efectivamente pagos.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	9.196.390,00	47,6	8.351.588,34	60,9	-844.801,66	90,8
01 Despesas com Pessoal	3.526.100,00	18,3	3.291.383,04	24,0	-234.716,96	93,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.053.850,00	21,0	3.456.999,08	25,2	-596.850,92	85,3
03 Encargos Correntes da Dívida	211.050,00	1,1	210.428,83	1,5	-621,17	99,7
04 Transferências Correntes	1.336.140,00	6,9	1.326.990,97	9,7	-9.149,03	99,3
05 Subsídios	50,00	0,0	0,00	0,0	-50,00	0,0
06 Outras Despesas Correntes	69.200,00	0,4	65.786,42	0,5	-3.413,58	95,1
Despesas de Capital	10.105.000,00	52,4	5.364.160,49	39,1	-4.740.839,51	53,1
07 Aq Bens de Investimento	9.354.650,00	48,5	4.620.116,22	33,7	-4.734.533,78	49,4
08 Transferências de Capital	168.500,00	0,9	165.031,50	1,2	-3.468,50	97,9
09 Activos Financeiros	141.500,00	0,7	140.928,00	1,0	-572,00	99,6
10 Passivos Financeiros	429.700,00	2,2	427.493,77	3,1	-2.206,23	99,5
11 Outras Receitas Capital	10.650,00	0,1	10.591,00	0,1	-59,00	99,4
Total	19.301.390,00	100	13.715.748,83	100	-5.585.641,17	71,1

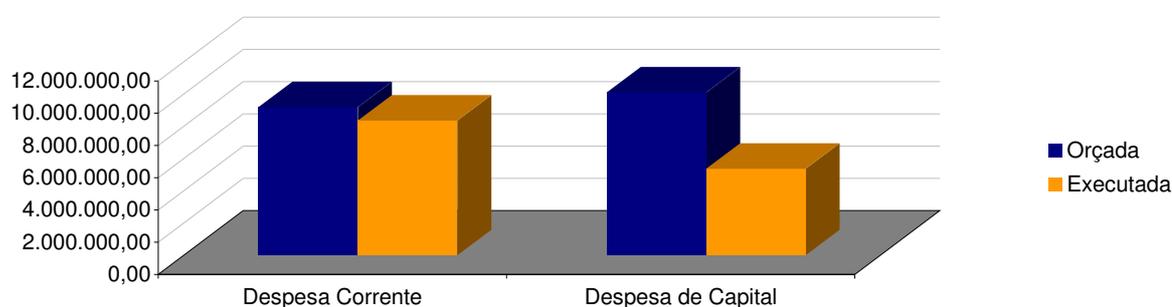
Ao comparar a estrutura do orçamento final com a sua efectiva realização, constata-se que apesar de ter ficado aquém do previsto, a Despesa Corrente obteve um maior grau de execução. Com efeito, em termos previsionais as Despesas de Capital correspondessem 52% da Despesa Total, viriam a representar 39% do total da Despesa paga.

Estrutura da Despesa Paga

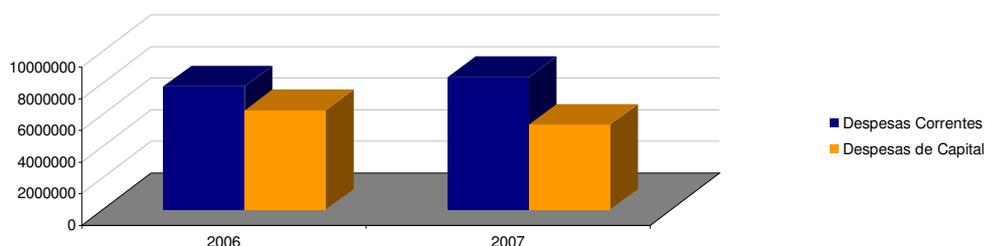


A observação do gráfico permite-nos visualizar o desvio real entre a Despesa Orçada e a Despesa Paga.

Comparação da Despesa Orçada com a Despesa Paga

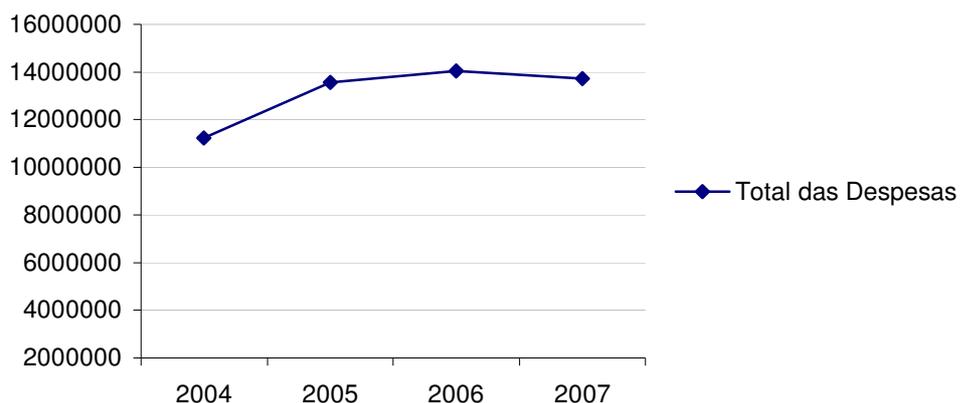


Evolução das Despesas no Período 2006/2007



O gráfico que se segue evidencia a evolução da Despesa Paga no período de 2004/2007. Constata-se que no último quadriénio o total da despesa paga sofreu um acréscimo em 2004/2005, acréscimo ligeiro de 2005/2006 e um decréscimo de 2006/2007.

Na análise deste gráfico reflecte a evolução total das despesas no período de 2004/2007.



Estrutura da Despesa

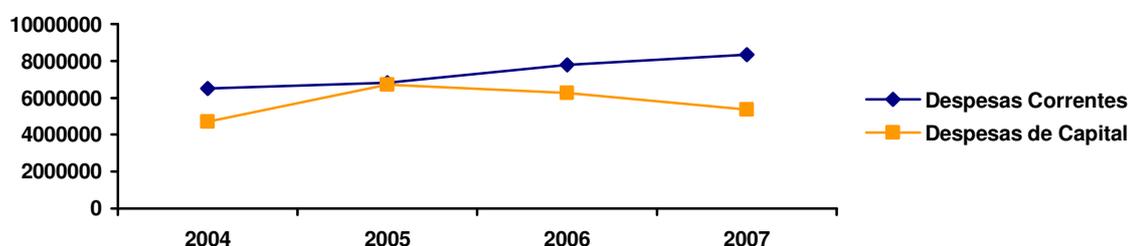
Rácios	2005	2006	2007
Despesa Corrente/Despesa de Capital	101,4	124,3	155,7
Despesa Corrente/Despesa Total	50,4	55,4	60,9
Despesa de Capital/Despesa Total	49,6	44,6	39,1
Pessoal/Despesa Total	19,4	20,9	24,0
Aquisição Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	22,3	24,6	25,2
Serviço da Dívida/Despesa Total	2,7	2,9	4,7
Transferências/Despesa total	9,6	11,6	10,9

3.2.1 – Execução da Despesa Corrente

A Despesa Corrente paga totalizou 8.351.588€, reflectindo um grau de execução de 90,8%. O quadro a seguir evidencia a estrutura da execução das Despesas Correntes. As Despesas de Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representam no conjunto uma execução de 80,8% do total das Despesas Correntes e de 49,2% do total da Despesa.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	9.196.390,00	47,6	8.351.588,34	60,9	-844.801,66	90,8
01 Despesas com Pessoal	3.526.100,00	18,3	3.291.383,04	24,0	-234.716,96	93,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.053.850,00	21,0	3.456.999,08	25,2	-596.850,92	85,3
03 Encargos Correntes da Dívida	211.050,00	1,1	210.428,83	1,5	-621,17	99,7
04 Transferências Correntes	1.336.140,00	6,9	1.326.990,97	9,7	-9.149,03	99,3
05 Subsídios	50,00	0,0	0,00	0,0	-50,00	0,0
06 Outras Despesas Correntes	69.200,00	0,4	65.786,42	0,5	-3.413,58	95,1

No que concerne às restantes rubricas, as Transferências Correntes representam 9,7%, os Encargos Correntes com a Dívida (1,5%) e as Outras Despesas Correntes (0,5%) da Despesa Corrente.



3.2.1.1 – Principais Componentes das Despesas Correntes

➤ Despesas com o Pessoal

Designação	Orçamento		Executado		Compromissos por Pagar	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
01 Despesas com Pessoal	3.526.100,00	100,0	3.291.383,04	100,0	209.367,47	93,3
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>						
Órgãos Autárquicos	122.100,00	3,5	122.092,72	3,7		100,0
Pessoal do quadro	1.421.650,00	40,3	1.421.431,48	43,2		100,0
Pessoal contratado a termo	172.000,00	4,9	171.786,24	5,2		99,9
Pessoal em regime de tarefa/avença	93.050,00	2,6	92.834,80	2,8		99,8
Pessoal aguardando aposentação	450,00	0,0	408,38	0,0		90,8
Pessoal em qualquer outra situação	129.000,00	3,7	128.433,83	3,9		99,6
Despesas de representação	43.500,00	1,2	43.043,64	1,3		99,0
Subsídio de refeição	163.050,00	4,6	162.250,41	4,9		99,5
Subsídio de férias e de Natal	307.500,00	8,7	307.039,93	9,3		99,9
R. Doença e maternidade/paternidade	60.850,00	1,7	60.650,14	1,8		99,7
<i>Abonos variáveis ou eventuais</i>					0,0	
Horas extraordinárias	2.300,00	0,1	1.862,15	0,1		81,0
Ajudas de custo	3.350,00	0,1	2.756,44	0,1		82,3
Abono para falhas	4.000,00	0,1	3.856,82	0,1		96,4
Indemnizações por cessão de funções	50,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Outros suplementos e prémios	45.250,00	1,3	26.614,74	0,8		58,8
<i>Segurança Social</i>						
Encargos com a saúde	487.000,00	13,8	277.176,57	8,4	209.367,47	56,9
Outros encargos com a saúde	56.300,00	1,6	55.865,77	1,7		99,2
Subsídio familiar a crianças e jovens	39.100,00	1,1	38.734,03	1,2		99,1
Outras prestações familiares	7.350,00	0,2	7.036,08	0,2		95,7
Contribuições para Segurança Social	331.300,00	9,4	330.777,45	10,0		99,8
Seguros	29.800,00	0,8	29.596,77	0,9		99,3
Outras despesas de Segurança Social	7.150,00	0,2	7.134,65	0,2		99,8

O valor total executado no ano económico em análise foi de 3.291.383€. Anota-se contudo, que as Despesas de Pessoal em relação às Despesas Correntes estão dentro dos limites legais, representando apenas 39,4% das mesmas.

Como se pode verificar o sub agrupamento das Remunerações Certas e Permanentes, representa o maior peso nas Despesas com o Pessoal (correspondem em termos absolutos a 76,3%). Neste agrupamento assume um maior relevo as Despesas com o Pessoal do Quadro, às quais se gastaram 1.421.431€, e representam 43,2% do total dos encargos com o pessoal.

As despesas com o Trabalho Extraordinário representam um valor bastante insignificante, apenas de 0,06% sobre os encargos totais. Pelo contrário as Despesas de Saúde têm um valor bastante significativo (10%), referindo-se as mesmas a encargos directos de saúde resultantes de internamentos, consultas médicas, intervenções hospitalares diversas dos funcionários da autarquia.

O valor dos encargos assumidos e não pagos corresponde basicamente a dívida à ADSE, que entretanto tem vindo a ser amortizada.

➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.053.850,00	100,0	3.456.999,08	100,0	85,3
Aquisição de Bens	1.116.730,00	27,5	860.810,66	24,9	77,1
Aquisição de Serviços	2.937.120,00	72,5	2.596.188,42	75,1	88,4

€uros

Da análise do quadro acima representado, verifica-se que as rubricas de Aquisição de Bens representam 25%, e a Aquisição de Serviços 75%.

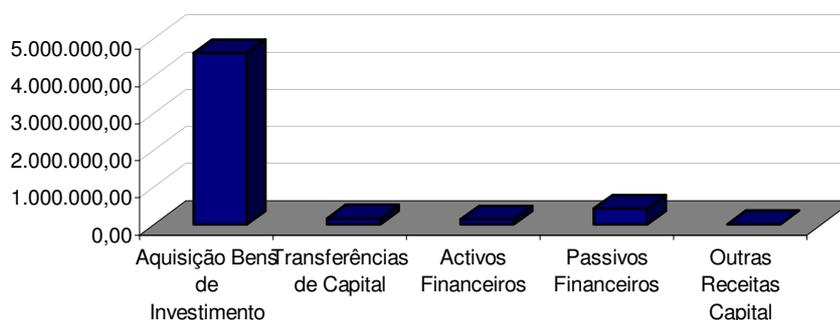
Este Capítulo tem sofrido acréscimos ao longo dos anos, facto que se justifica pelo acréscimo de custos com o ambiente, educação nomeadamente na componente das actividades extra curriculares e sobretudo pelo acréscimo de diversas actividades da autarquia.

3.2.2 – Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das Despesas de Capital, constantes da Prestação de Contas, indicando para as respectivas dotações orçamentais, o volume da Despesa paga e respectiva taxa de execução.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas de Capital	10.105.000,00	52,4	5.364.160,49	39,1	-4.740.839,51	53,1
07 Aquisição Bens de Investimento	9.354.650,00	48,5	4.620.116,22	33,7	-4.734.533,78	49,4
08 Transferências de Capital	168.500,00	0,9	165.031,50	1,2	-3.468,50	97,9
09 Activos Financeiros	141.500,00	0,7	140.928,00	1,0	-572,00	99,6
10 Passivos Financeiros	429.700,00	2,2	427.493,77	3,1	-2.206,23	99,5
11 Outras Receitas Capital	10.650,00	0,1	10.591,00	0,1	-59,00	99,4

Estrutura das Despesas de Capital



O Investimento apresenta uma taxa de execução de 49%, as Transferências de Capital (98%), os Passivos Financeiros e os Activos Financeiros (100%). Embora os Activos e os Passivos Financeiros conseguissem melhor taxa de execução do que os Investimentos em termos globais, do Orçamento estas só representam 1% e 3% respectivamente, não influenciando significativamente o global das Despesas de Capital.

3.2.2.1 – Principais componentes da Despesa de Capital

O valor do Investimento municipal inicialmente previsto para o ano económico de 2007 totalizou 9.653.900€. Contudo no decurso da sua execução, foram efectuadas modificações/revisão orçamentais que originaram uma diminuição de 3% em relação ao orçamento inicialmente previsto. Embora esta estimativa não se concretizasse totalmente em termos de pagamentos, os quais totalizaram 4.620.116€, em termos de utilização orçamental os compromissos assumidos do exercício atingiram um volume de 8.488.584€, ou seja uma realização efectiva de 90,7%.

O gráfico a seguir representa o peso relativo a cada capítulo no total das Despesas de Capital.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Terrenos	41.000,00	0,4	38.000,00	0,8	-3.000,00	92,7
Habitacões	248.000,00	2,7	220.000,00	4,8	-28.000,00	88,7
Outros Edifícios	1.152.150,00	12,3	643.958,04	13,9	-508.191,96	55,9
Construções Diversas	186.250,00	2,0	106.375,83	2,3	-79.874,17	57,1
Material de Transporte	146.000,00	1,6	105.327,47	2,3	-40.672,53	72,1
Equipamento de Informática	77.500,00	0,8	42.081,01	0,9	-35.418,99	54,3
Software Informático	152.000,00	1,6	125.462,71	2,7	-26.537,29	82,5
Equipamento Administrativo	9.000,00	0,1	2.514,82	0,1	-6.485,18	27,9
Equipamento Básico	239.800,00	2,6	133.833,53	2,9	-105.966,47	55,8
Ferramentas e Utensílios	6.500,00	0,1	3.320,18	0,1	-3.179,82	51,1
Artigos e Objectos de Valor	26.600,00	0,3	16.550,00	0,4	-10.050,00	62,2
Outros Investimentos	18.950,00	0,2	16.627,00	0,4	-2.323,00	87,7
Bens de Domínio Público	7.050.900,00	75,4	3.166.065,63	68,5	-3.884.834,37	44,9
Total	9.354.650,00	100	4.620.116,22	100	-4.734.533,78	49,4

Evolução dos Investimento no período de 2004/2007

Designação	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
07 – Aquisição Bens de Capital	3.974.370	42,3	6.070.023	59,8	5.308.354	55,5	4.620.116	49,4

Numa análise mais apurada das despesas de Investimentos ao longo do quadriénio e o seu respectivo peso em termos de execução orçamental, deparamos com um crescimento de 52,7% de 2004/2005 (+2.095.653), mas uma redução de 2005/2006 de 12,5% (- 761.669€) e de 13% de 2006/2007.

Fontes de Financiamento de Investimento

Euros

Designação	2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos Bancários	0	0,0	790.000	13,0	1.000.000	18,8	0	0
Transferências de Capital	3.020.347	76,0	3.627.226	59,7	3.866.660	72,8	3.632.198	78,6
FEF	2.644.618	66,5	2.697.510	44,4	2.697.510	50,8	2.452.675	53,1
Fundos Comunitários	226.440	5,7	826.367	13,6	909.228	17,1	1.179.523	25,5
Outros	149.289	3,8	103.349	1,7	259.922	4,9	0	0
Outras Receitas Próprias	954.023	24,0	1.652.797	27,3	441.694	8,3	987.918	21,4
Total dos Investimentos	3.974.370	100	6.070.023	100	5.308.354	100	4.620.116	100

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento, mas como se pode observar no quadro acima representado, são as Transferências de Capital que mais financiam as Despesas de Investimentos (79%). Os Fundos Comunitários recebidos em 2007 financiaram 25,5% das Despesas de Investimentos (+8,4% que em 2006), os Contratos Programa e Protocolos (0%), o FEF o equivalente a 53%, um ligeiro acréscimo em relação a 2005 (+2,3%), mas em termos percentuais a componente que mais se acentuou pelo acréscimo foi a das outras receitas próprias (+13,1%).

➤ Transferências de Capital

Euros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Transferências de Capital	168.500,00	100,00	165.031,50	97,9	-3.468,50	97,9
Administração Central	4.000,00	2,4	4.000,00	2,4	0,00	100,0
Administração Local	31.750,00	18,8	31.529,15	19,1	-220,85	99,3
Instituições sem fins lucrativos	12.700,00	7,5	12.700,00	7,7	0,00	100,0
Empresas/Outras	120.050,00	71,2	116.802,35	70,8	-3.247,65	97,3

As Transferências de Capital representam 1,7% do total das Despesa de Capital, e obteve um grau de execução de 98%. O maior grau de execução destaca-se nas Transferências para Instituições sem fins Lucrativos e para a Administração Central, cujo grau de execução foi de 100% e nas Transferências para Empresas (EPAVE) com uma execução de 97%.

➤ **Activos Financeiros**

Nesta rubrica obteve-se uma execução de 99,6%, ao liquidar a última tranche da subscrição de capital da empresa Aguas do Ave, SA.

➤ **Amortização de Passivos Financeiros**

No que se reporta aos Passivos Financeiros, estes apenas representam 4,3% do Total das Despesas de Capital, mas no que concerne ao total da execução de Despesas de Capital contribuíram para 3% do valor da execução total. Efectuou-se uma amortização antecipada de 125.000€ referente ao Empréstimo da Escola da Vila, pelo facto de em overbooking ter sido aprovada o financiamento de parte desta obra.

Os Passivos Financeiros de Médio e Longo Prazo obtiveram uma execução de 99,5%.

3.3 - Despesa por Classificação Orgânica

Capítulo	Correntes				Capital			
	2006		2007		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01 Administração Autárquica	2.030.248	23,5	2.300.040	25	984.404	9,3	751.800	7,4
02 Ser. Adm, Fin. e Jurídicos	1.311.800	15,2	1.219.950	13,3	49.600	0,5	264.000	2,6
03 Serv. Act. Ec.Pl. e Desporto	606.465	7,01	587.600	6,39	241.700	2,3	245.200	2,4
04 Serv. Cultura e Turismo	635.600	7,35	718.490	7,81	153.500	1,5	168.600	1,7
05 Serv. Ed. e Acção Social	1.058.732	12,2	1.114.060	12,1	595.500	5,6	360.400	3,6
06 Serv. Água, San. Ambiente	1.758.150	20,3	1.879.640	20,4	4.005.400	38,0	2.815.100	27,9
07 Serv. Obras e Urbanismo	1.250.520	14,5	1.376.610	15	4.523.996	42,9	5.499.900	54,4
Total	8.651.515	100	9.196.390	100	10.554.100	100	10.105.000	100

€uros

Nas Despesas Correntes é a Administração Autárquica a que mais recursos absorvem (25%), tal justifica-se pelas Transferências atribuídas e os encargos correntes com a dívida. Já no que respeita as Despesas de Capital é o Serviço de Obras e Urbanismo com 54% do total destas despesas, seguindo-se do Serviço de Águas, Saneamento e P. Ambiente com 28%.

3.4 – Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objectivos, programas, projectos, acções, e pelas intervenções sectoriais desenvolvidas pelos diferentes pelouros, num horizonte móvel de quatro anos. São parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Execução Plurianual das Actividades mais relevantes do Município.

Assim, nas Grandes Opções do Plano constam para além das despesas de Investimento: as restantes despesas de Capital (Transferências de Capital, Activos Financeiros) e as Transferências Correntes e Despesas Correntes que representem maior interesse e relevância para actividade autárquica.

O mapa que a seguir se apresenta demonstra a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Actividades Municipais (PAM) por objectivos, comparando o valor orçado com o valor executado.

Execução das Grandes Opções do Plano

€uros

Objectivos	PPI			PAM		
	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%
1.1.1 Administração Geral	363.100,00	207.779,46	57,2	54.290,00	32.351,79	59,6
1.2.1 Segurança e ordem pública	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.1.1 Ensino não superior	325.400,00	287.730,57	88,4	120.000,00	116.802,35	97,3
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,0	1.146.200,00	1.065.073,59	92,9
2.2.1 Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.3.2 Acção Social	26.500,00	0,00	0,0	60.700,00	54.255,43	89,4
2.4.1 Habitação	8.500,00	1.415,77	16,7	0,00	0,00	0,0
2.4.2 Ordenamento do Território	2.130.200,00	926.359,48	43,5	0,00	0,00	0,0
2.4.3 Saneamento	732.900,00	247.145,84	33,7	130.000,00	115.253,76	88,7
2.4.4 Abastecimento de Água	1.476.800,00	885.250,09	59,9	320.200,00	281.321,63	87,9
2.4.5 Resíduos Sólidos	35.000,00	17.456,39	49,9	315.450,00	268.305,98	85,1
2.4.6 Protecção M.A.e Cons. Natur.	578.700,00	230.057,89	39,8	83.050,00	68.969,76	83,0
2.5.1. Cultura	122.600,00	97.906,87	79,9	298.700,00	272.025,99	91,1
2.5.2 Desporto, receio e lazer	235.200,00	154.620,13	65,7	162.800,00	162.795,00	100,0
3.2.1 Energia	83.250,00	35.923,72	43,2	342.950,00	342.845,11	100,0
3.3.1 Transportes rodoviários	3.076.500,00	1.403.359,55	45,6	21.700,00	21.529,15	99,2
3.4.1 Mercados e feiras	5.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
3.4.2 Turismo	155.000,00	125.110,46	80,7	6.200,00	4.330,81	69,9
3.5.1 Outras funções económicas	0,00	0,00	0,0	60.540,00	51.372,92	84,9
4.2.1 Transferências Adm. Pública	0,00	0,00	0,0	455.690,00	455.660,46	100,0
4.2.2 Transferências Adm. Privadas	0,00	0,00	0,0	51.100,00	42.475,00	83,1

4.3.1 Activos Financeiros	141.500,00	140.928,00	99,6	0,00	0,00	0,0
4.3.2 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Total	9.496.150,00	4.761.044,22	50,1	3.629.570,00	3.355.368,73	92,4

O quadro que se apresenta permite uma análise desagregada das despesas das Grandes Opções do Plano. Dado o grande nível de repartição por acções não será razoável fazê-lo neste documento, sendo possível no entanto pela análise do Balanço do Plano e do Mapa de execução Anual do PPI e do PAM, anexo ao presente relatório, perceber a forma como foram executadas as respectivas actividades autárquicas e aplicados os recursos financeiros em acções previstas. Para o cálculo do grau de execução do PPI e do PAM, o POCAL, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações inscritas no Plano.

O valor previsto, no ano em análise, para as Grandes Opções do Plano, totalizou 13.125.720€, desta forma as GOP'S representam 68% do valor do orçamento.

Em termos de pagamentos, obtém-se uma taxa de execução de 62%. Facilmente se verifica que a maior dotação de verbas das GOP'S se destinou à Rede Viária e Sinalização (Transportes Rodoviários), absorvendo 24% das dotações para as GOP'S e 33% das dotações para o PPI, conseguindo um grau de execução de 46% no valor do PPI e 18% na GOP'S. Contrariamente ao que se tem verificado em anos anteriores o Reordenamento do território absorveu mais do que o Abastecimento de Água, 16% das GOP'S e 22% do PPI. Destas componentes foi a Rede de Abastecimento de água que obteve melhor execução (65%).

Verifica-se no quadro acima representado que na execução das GOP'S os objectivos que melhor execução financeira foram designadamente:

- Transferências e os Activos Financeiros ⇒ 100%;
- Serviços Auxiliares de Ensino ⇒ 93%;
- Ensino ⇒ 91%;
- Energia ⇒ 89%.

Os objectivos com menor taxa de execução financeira destacam-se:

- Habitação Social ⇒ 17%;
- Saneamento ⇒ 42%;
- Ambiente e Ordenamento Território ⇒ 45%.

3.5 - Análise da Dívida do Município

3.5.1 – Dívida a Médio e Longo Prazo

A crescente intervenção social exigida aos municípios deve-se não só ao alargamento das suas atribuições e competências, mas a uma maior capacidade de intervenção no seu desenvolvimento com o objectivo principal de proporcionar melhores condições sócio – económicas, culturais e desportivas. Estas novas competências implicam uma maior necessidade de recursos financeiros, que só recorrendo a fontes de financiamento diversificadas se consegue cumprir.

O endividamento a médio e longo prazo dentro dos limites impostos pelo Governo, constitui uma alternativa que se deve considerar de forma efectiva sempre que estiver em risco a obtenção de financiamentos comunitários para os investimentos a realizar, como sucedeu no exercício em apreço.

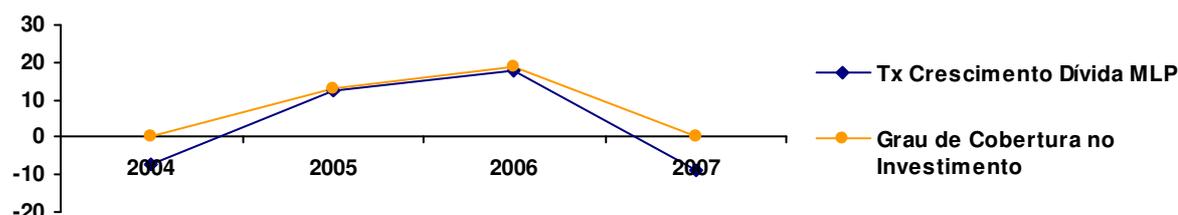
Assim, a necessidade ao recurso ao endividamento autárquico está dependente do nível de receitas arrecadadas e o volume de investimentos a realizar.

O mapa a seguir permite visualizar a evolução da dívida nos últimos quatro anos.

€uros

Designação	2004	2005	2006	2007
Dívida a MLP início período (1)	3.778.533	3.504.493	4.014.616	4.734.512
Empréstimos Contraídos (2)	0	790.000	1.000.000	0
Amortizações (3)	274.041	279.877	280.104	427.494
Dívida final período (1+2-3)	3.504.493	4.014.616	4.734.512	4.307.018
Taxa de crescimento da Dívida	-7,3%	12,7%	17,9%	-9,0%
Grau de cobertura das despesas de Investimento por empréstimos a MLP	0%	13%	18,8%	0%

A dívida global, ao contrário do verificado em anos anteriores sofre um reverso ao verificar-se uma diminuição na ordem dos 9%.



Rácios dos Encargos com a Dívida

Designação	2004	2005	2005	2007
Juros/Receita Fiscal	3,8%	4%	5,2%	7%
Juros/Receita Corrente	1%	1%	1,3%	2,1%
Juros/Despesa Corrente	1,3%	1,2%	1,4%	2,5%

De acordo com os rácios, os encargos com a dívida têm um peso bastante reduzido quer nas Receitas Fiscais (7%), quer no total da Receitas Correntes (2%), quer o peso dos juros nas despesas Correntes (2,5%). Em comparação com o ano anterior verifica-se um acréscimo do peso dos juros nas Receitas Fiscais (+1,8%), Receita Corrente (+0,8%) e nas Despesas Correntes (+0,9%), que se justifica pelo aumento muito significativo da taxa de juro (Euribor) indexada aos empréstimos.

Capacidade de Endividamento versus encargos da dívida

Após a análise acerca da dívida bancária torna-se pertinente apurar qual a capacidade legal de endividamento da autarquia. Para o efeito são excluídos:

1. Empréstimo contraído para a realização de obras de reparação dos danos causados pelas intempéries do Inverno de 2000, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 24º da Lei das Finanças Locais;
2. Empréstimo que se destinou a financiar obras participadas por Fundos Comunitários (III CQA).

Designação	2004	2005	2006
1- Amortizações	189.976	243.229	243.662
2 - Juros	73.477	77.571	105.625
3 -Encargos da Dívida (1+2)	263.453	320.800	349.287
4 -Limite da Capacidade de Endividamento	826.443	842.972	842.972
5 -Capacidade Líquida de Endividamento (4-3)	562.990	522.172	493.685
6 - Índice da Capacidade de Endividamento	68,2%	61,9%	58,6%

Como se pode verificar pelo quadro que se apresenta, o limite foi sempre respeitado. No entanto com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, as regras aos limites do endividamento municipal sofreram uma alteração integral. Neste sentido os limites de endividamento para 2007, previstos na referida Lei e no art. 33º da Lei n. 53-A/2006, de 29 de Dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2007 (OE/2007), é a demonstrada no seguinte quadro:

Designação	Montante (euros)
(1) – Capital em dívida de médio e longo prazo	4.307.017,76

(2) – Dívida a médio e longo prazo da EPAVE	225.000,00
(3) – Total do endividamento líquido ²	8.306.624,95
(4) – Capital em dívida excepcionada aos limites de endividamento	402.926,66
(5) – Dívidas à EDP 1988	0,00
(6)=(1)+(2)-(4) – Capital em dívida a médio e longo prazo a considerar	4.129.091,10
(7)=(3)-(4)-(5) – Endividamento líquido a considerar	7.903.698,29
(8) – Limite ao endividamento de médio e longo prazos – 2007 ³	8.420.764,71
(9) – Limite ao endividamento líquido 2007	10.526.205,89

Como se pode observar do quadro a autarquia cumpriu integralmente os limites ao endividamento estabelecidos, ficamos apenas em 49% do limite ao endividamento a médio e longo prazo e a 80% do limite ao endividamento líquido total.

3.5.2 – Dívida a Curto Prazo

Designação	2004	2005	2006	2007
Dívidas a Curto Prazo	2.684.272,07	5.198.092,68	4.698.781,53	4.728.588,34
1 – Execução Orçamental	2.386.724,80	4.695.488,64	3.989.339,44	4.187.582,24
2 – Operações Tesouraria	297.547,27	502.604,04	709.441,89	541.006,10
Taxa de Crescimento	4,5%	48,4%	-9,6%	+0,6%

² O endividamento líquido municipal, é equivalente à diferença entra a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo designadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

³

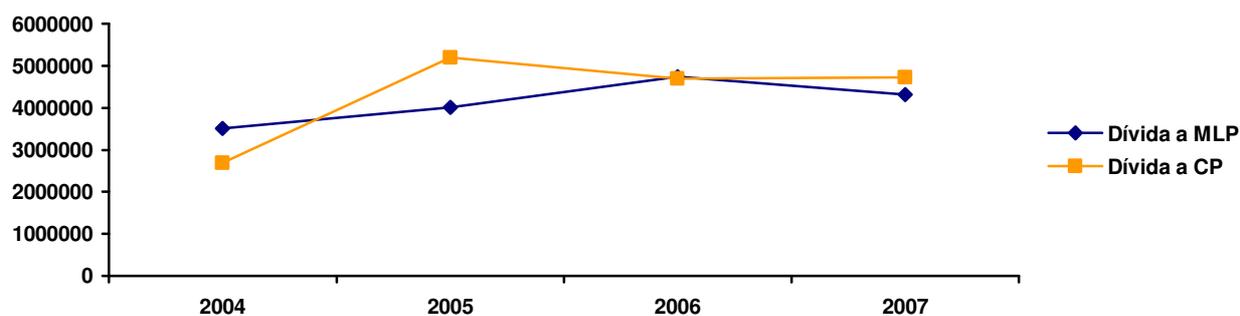
Designação	Montante (euros)	Observações
(1) - Impostos Municipais arrecadados em 2006	986.201,00	(1) Somatório líquido
(2) - Total de Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	8.420.964,00	(2) =Somatório das receitas municipais (1) + fundos municipais OE/2007
(3) - Limite ao endividamento de curto prazo	842.096,40	(3) = 10% * (2)
(4) – Limite ao endividamento de médio e longo prazo	8.420.964,00	(4) = 100%*(2)
(5) – Limite ao endividamento líquido	10.526.205,00	(5) = 125*(2)

Como podemos analisar do quadro acima representado, verifica-se que no período 2003/2004 o passivo a curto prazo sofreu um ligeiro aumento de 4,5%, um aumento muito acentuado em 2004/2005 (+48%), um decréscimo em 2006 (9,6%) e um ligeiro aumento em 0,6% de 2006/2007.

3.5.3 – Análise da Dívida Global

Designação	2004	2005	2006	2007
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3.504.493	4.014.615	4.734.512	4.307.018
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	2.684.272	5.198.093	4.698.781	4.728.588
Passivo Total	6.188.765	9.212.708	9.433.293	9.035.606
Taxa de Crescimento	-2,5%	32,8%	2,4%	-4,2%

Da análise da dívida global no último quadriénio, constata-se que desde 2004 é a primeira vez que se verifica um decréscimo bastante acentuado da dívida global. No cômputo geral foi a Dívida a médio e longo prazo que contribuiu para esta descida.



IV – Desempenho Económico-Financeiro

IV – Desempenho Económico – Financeiro

4.1 – Balanço

O Balanço apresenta a posição do Património da autarquia, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através do activo e do passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O activo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos Próprios – consiste na diferença entre o Passivo e o Activo.

Como ainda não foi aprovado o Balanço inicial não temos elementos passíveis de comparação em termos de Imobilizado, não nos é possível fazer uma comparação assente em termos reais no valor do Activo e que, consequentemente, influencia o valor dos Fundos Próprios. No que concerne ao valor dos direitos e obrigações, é possível comparar valores em relação ao ano anterior.

O saldo inicial do imobilizado que se apresenta no Balanço diz respeito a obras cujo financiamento e conclusão ocorreu entre 2002/2007, bem como os valores que constavam no PPI como valores já realizados.

Estrutura Patrimonial

€uros

Descrição	2007	2006	Descrição	2007	2006
Imobilizado	30.202.343	27.282.995	Património	14.779.697	12.944.506
Existências	39.982	0	Ajustamentos partes de		
Dívidas de terceiros	332.662	252.216	Capital em Empresas	21.000	21.000
Disponibilidades	564.002	755.887	Reservas	928.921	832.332
Acréscimos e Diferimentos	417.386	416.935	Resultados Transitados	0	0
			Resultado Líquido Exercício	2.276.913	1.931.780
			Fundos Próprios	18.006.531	15.729.618
			Dívidas a terceiros – M L P	4.307.018	4.734.512
			Dívidas a terceiros – C P	4.728.588	4.698.781
			Acréscimos e Diferimentos	4.514.237	3.545.122
Activo	31.556.374	28.708.034	Passivo	13.549.843	12.978.415

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2004	2005	2006	2007
Estrutura do Activo				
Activo fixo/Activo total	92,7%	94,3%	95%	95,7%
Activo circulante/Activo total	7,4%	5,7%	5%	4,2%
Activo fixo/Activo circulante	1.262%	1.645%	1.915%	2.261%
Estrutura do Passivo				
Passivo longo prazo/Passivo total	45,2%	34,8%	36,5%	31,8%
Passivo curto prazo/Passivo total	34,6%	45,1%	36,2%	34,9%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	130,6%	77,2%	100,8%	91,1%
Índice de Liquidez imediata				
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	43,7%	14,6%	16,1%	11,9%

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evoluiu a situação financeira da autarquia, não podem efectivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratar de bens de domínio público ou bens privados do município necessário à prestação de utilidades públicas.

4.2 – Demonstração de Resultados

No que respeita à actividade desenvolvida ao longo do exercício, verificou-se um total de Custos no montante de 10.491.187€ e de Proveitos no valor de 12.768.100€.

Desta situação resultou um Resultado Líquido Positivo de 2.276.913€, que se reflecte:

Actividade	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	181.693,98	1,7	131.816,01	1,3
Fornecimentos e serviços externos	3.504.516,52	33,4	3.404.673,61	34,6
Custos com o pessoal	3.125.694,47	29,8	3.186.364,44	32,4
Transf. subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1.334.165,97	12,7	1.134.747,27	11,5
Amortizações do exercício	1.369.369,80	13,1	1.162.445,45	11,8
Provisões do exercício	5.265,41	0,1	13.376,99	0,1
Custos operacionais	6.958,20	0,1	3.789,57	0,0
Custos e perdas financeiros	221.528,57	2,1	138.116,06	1,4
Custos e perdas extraordinários	741.994,36	7,1	668.711,40	6,8

	Total	10.491.187,28	100,0	9.844.040,80	100,0
Proveitos e ganhos					
Vendas e prestações de serviços	1.041.526,85	8,2	1.010.266,89	8,6	
Impostos e taxas	2.521.526,37	19,7	1.905.004,68	16,2	
Transferências e subsídios obtidos	8.242.358,73	64,6	8.044.859,69	68,3	
Proveitos e ganhos financeiros	557.932,35	4,4	753.929,38	6,4	
Trabalhos para a própria entidade	0	0,0	0	0,0	
Proveitos e ganhos extraordinários	404.755,55	3,2	61.759,67	0,5	
Total	12.768.099,85	100,0	11.775.820,31	100,0	
Resultado Líquido do Exercício	2.276.912,57		1.931.779,51		

Da análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos Custos de Fornecimento e Serviços Externos (33%), em termos percentuais verifica-se um ligeiro decréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior, mas em valores absolutos significa que se gastou mais 99.843€. Os Custos de Pessoal com 30%, apresenta-se o segundo com maior peso. O facto de em 2006 os custos com o pessoal apresentar um valor mais elevado, justifica-se pelo facto de no ano de 2006 se ter regularizado os custos de subsídios de férias e de natal de 2006 e de 2007, como constou nas respectivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados de 2006.

De salientar um acréscimo significativo nas Transferências (+1,2%), nas amortizações do exercício (1,3%) e essencialmente nos custos financeiros (+0,7%) em relação a 2006.

No que concerne aos Custos Extraordinários, os mesmos dizem respeito na sua globalidade às Transferências de Capital concedidos pela autarquia, bem como a transferência de imobilizado de obras que foram financiadas pela Autarquia mas cujo património pertence a outras entidades e a correcção de exercícios anteriores, justificado nas notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Relativamente aos Proveitos, contrariamente ao que se tem verificado em anos anteriores, verifica-se que a maior subida é nos Impostos ao ser contabilizado mais 614.140€ do que o verificado em 2006. Continua a ser as Transferências e Subsídios obtidos que maior peso têm (68%), o que permite concluir que os recursos da Autarquia estão fortemente dependentes de recursos externos, não apresentado assim, grande capacidade de auto -financiamento.

Verifica-se um ligeiro acréscimo Venda de Bens e Prestação de Serviços de 31.300€ (+0,4%), em comparação ao ano anterior, que reflecte a actualização do tarifário da água.

No que respeita aos Proveitos Financeiros verifica-se uma quebra de 2% que se justifica pela alienação de investimentos em 2006.

O aumento significativo nos Proveitos extraordinários deve-se a correcções efectuados de exercícios anteriores e que está devidamente justificado nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Anota-se que em sede de elaboração do presente relatório, se procedeu a adequada utilização dos princípios e regras contabilísticas, com vista à

confirmação de que a informação constante dos documentos de Prestação de Contas apresentam de forma verdadeira e apropriada os aspectos materialmente relevantes da situação financeira da autarquia. É certo que a implementação da contabilidade de custos irá permitir um maior rigor e exactidão dos custos e proveitos efectivos.

➤ **Demonstração de Resultados Financeiros**

€uros

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2007	2006		2007	2006
681 – Juros suportados	221.385,52	138.116,06	781 – Juros obtidos	32.276,09	16.975,10
682 – Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782 – Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683 - Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783 – Rendimentos de imóveis	525.656,26	247.103,09
684 – Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784 – Rendimentos em participações de capital	0,00	0,00
685 – Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 – Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687 – Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786 – Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688 – Outros custos e perdas financeira	143,05	0,00	787 – Ganhos na alienação aplicações de Tesouraria	0,00	0,00
Resultados Financeiros	336.703,78	618.813,32	788 – Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	489.851,19
Total	557.932,35	753.929,38	Total	557.932,35	753.929,38

➤ **Demonstração de Resultados Extraordinários**

Euros

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2007	2006		2007	2006
691 – Transferência de capital concedidas	146.502,35	431.310,29	791 – Restituições de impostos	132,26	0,00
692 – Dívidas incobráveis	0,00	475,00	792 – Recuperação de dívidas	53.833,98	0,00
693 – Perdas em existências	0,00	0,00	793 – Ganhos em existências	26.148,20	0,00
694 – Perdas em imobilizações	319.540,15	236.926,11	794 – Ganhos em imobilizações	53.833,98	0,00
695 – Multas e penalidades	0,00	0,00	795 – Benefícios de penalidades contratuais	26.148,20	29.100,26
696 – Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796 – Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697 – Correções relativas a exercícios anteriores	255.613,14	0,00	797 – Correções relativas a exercícios anteriores	307.715,67	0,00
698 – Outros custos e perdas extraordinários	20.338,72	0,00	798 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	16.925,44	32.659,41
Resultados Financeiros	-337.238,81	-606.951,73			
Total	404.755,55	61.759,67	Total	404.755,55	61.759,67

V – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

V - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Neste sentido as notas que se seguem visam complementar a análise e avaliação da gestão autárquica obtida no balanço e da demonstração de resultados.

1 - Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2.do POCAL;

2 - Os registos contabilísticos foram efectuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização, consistência e materialidade;

3 - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

Por diversos motivos ainda não foi no ano de 2007 que se implementou a contabilidade de custos (a implementar em 2008). Contudo, através de critérios pré-estabelecidos (aquando a elaboração das Grandes Opções do Plano), é possível identificar as despesas efectuadas através do classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL;

A ausência deste sistema contabilístico tem consequentemente efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados apresentados, entre outros ao não conseguir apurar os custos/proveitos de trabalhos executados pela própria entidade.

4 - O balanço inicial ainda não foi aprovado, uma vez que o património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflecte os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não reflectindo assim a realidade do activo fixo do município.

Tal reflecte-se igualmente na conta de Proveitos diferidos, pois efectivamente existem valores contabilizados nesta conta referente a investimentos que não se encontram contabilizados no imobilizado da autarquia.

5 - Os critérios valorimétricos utilizados foram os que constam no Regulamento de Cadastro e Inventário da Autarquia o qual obedece às disposições do POCAL e do CIBE.

Critérios valorimétricos aplicados:

- ✓ Para o imobilizado adquirido foi utilizado o valor de aquisição;
- ✓ Os investimentos financeiros (parte de capital) foram avaliados ao preço de aquisição;

- ✓ As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam;
- ✓ As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito;
- ✓ As amortizações foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de activo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE. O valor das amortizações do imobilizado corpóreo, reporta-se apenas ao imobilizado do activo fixo contabilizado.

6 – A conta 432 – Despesas de investigação e desenvolvimento, representa o valor pago no âmbito do Plano Director Municipal no valor de 61.652€, e da Elaboração da Cartografia do Plano Municipal da defesa da floresta contra incêndios no valor de 11.979€;

7 – A conta de existências não é comparável com o exercício económico anterior, tal justifica-se pelo facto de só em 2007 se ter procedido à informatização dos armazéns e respectivo controlo das matérias-primas em stock;

8 – Os movimentos das contas de *Correcção relativas a exercícios anteriores*:

- Conta 69.7.2 – Correcções relativas a exercícios anteriores – Outras, no valor de 255.613,14€, justifica-se por uma correcção das taxas de amortização, que por erro de aplicação da taxa, estavam a ser amortizados por uma taxa inferior ao estabelecido pelo CIBE.
- Conta 79.7.1 – Correcções relativas a exercícios anteriores – Outras, no valor de 307.716€, deve-se pelo facto de por lapso não ter sido contabilizado como proveitos em 2006 os Impostos Directos, que embora fossem arrecadado efectivamente em 2007, dizem respeito ao período de Dezembro de 2006.

Em ambos os casos tratou-se de erros da aplicação de políticas contabilísticas e uma vez que a demonstração financeira anterior não deixa de ser credível por estes factos, procedeu-se à correcção e contabilização nas respectivas contas de Correcções como sugere a Directriz contabilística n.º8.

9 - O valor apresentado no passivo de curto prazo como Garantias e Cauções, diz respeito à conta 21.7 Clientes e Utentes com cauções, que no exercício anterior se encontrava contabilizado na conta 26.8.5.03 – Cauções e Garantias. Ora o POCAL sugere no que respeita às cauções prestadas por Clientes e Utentes a contabilização na conta 21.7, daí a configuração desta conta no passivo em Garantias e Cauções (uma vez que é omissa esta conta no Balanço), e o que concerne às cauções e garantias prestadas por Fornecedores de Imobilizado manteve-se a conta 26.8.5.03 com o valor de 412.122,26.

10 – A conta 26.1.3 – Fornecedores de Imobilizado c/Leasing com o saldo credor de 50.214,44€, respeita ao leasing do Minibus;

11 - Ao Imobilizado foi abatido o valor correspondente a obras que foram financiadas pela autarquia mas cujo património pertence a outras entidades e contabilizado como Custos Extraordinários – Transferências de Imobilizado.

Transferência de Obras financiadas pela Autarquia e que revertem a favor de outras Entidades

Natureza	Entidade	Valor
Obras diversas em Residências Paroquiais, Igrejas e Acção Social	Paroquias	83.005,11
Obras diversas	Juntas de Freguesia	186.560,71
Obras diversas – Instalações Desportivas e Recreativas	Inst. Culturais e Recreativas	49.974,33
Total		319.540,15

12 - Acréscimos e Diferimentos, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efectivamente dizem respeito ao exercício económico de 2007.

Acréscimos de Proveitos

Natureza	Valor
Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Risco – 2º Semestre/06	8.984,64
Financiamento de Estágios Profissionais/2007	6.206,20
Financiamento de POC'S	4.617,18
IEFP – Feira e Univa	3.502,85
Gabinete Florestal	6.000,00
Impostos Directos	42.660,69
Recibos de Agua e Lixo/2007	58.073,15
DREN – Componente Social	21.492,60
DREN – Auxiliares de Acção Educativa	24.783,88
Juros de Depósitos	2.305,33
Total	178.626,52

€uros

Custos Diferidos

O valor dos **Custos Diferidos** resultam de encargos que foram liquidados no exercício económico de 2007, mas que parte desse custo é de exercícios económicos seguintes.

€uros	
Natureza	Valor
Empréstimo para ampliação da EPAVE	225.000,00
Seguros	13.759,41
Total	238.759,41

13 - Passivo

O passivo da autarquia resume-se a 3 rubricas: Passivo a Médio e longo Prazo (empréstimos bancários); Passivo a Curto Prazo (fornecedores de imobilizado, conta corrente e contratos de leasing, Estado e outros entes públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e outros credores (resultam nas cauções, garantias e subsídios a outras entidades); e os Acréscimos e Diferimentos.

Relativamente aos **Acréscimos de Custos**, anota-se que os mesmos correspondem a encargos da Autarquia em 2007, mas são liquidados no exercício económico seguinte.

Acréscimos de Custos

€uros	
Natureza	Valor
Juros de empréstimos a MLP	31.623,61
Subsidio de Férias e de Natal	345.432,00
Outros	1.523,06
Total	378.578,67

No que concerne a **Proveitos Diferidos**, é justificado pelo registo de Transferências de investimentos provenientes, nomeadamente do QCA III e protocolos celebrados. Como ainda não se inclui o valor de imobilizado, não foi contabilizado igualmente o valor de Proveitos diferidos de anos anteriores, só se contabilizando os valores recebidos de 2002 a 2007.

Proveitos Diferidos e Amortização de Proveitos Diferidos

€uros

Natureza	Valor	Amort. 2007
Eixo I e II do QCA III – CCRN	1.159.234,09	57.961,70
Eixo III do QCA III – CCRN	9.015,77	450,79
Ampliação da rede de Saneamento e abastecimento de Água	68.255,26	3.412,76
Revitalização do Centro da Póvoa de Lanhoso	140.731,90	7.036,60
Arruamento de ligação da Av. da Republica à Rua Maria da Fonte	9.512,12	475,61
Leader II – ATAHCA	22.435,62	1.121,78
Programa rede de Integração de Infra- Estrutura Desportiva – IND	4.987,98	62,35
Ministério da Cultura – Theatro Club	16.193,22	202,42
Associação “Em Diálogo”	16.256,28	203,20
Instituto Nacional de Habitação	180.934,88	2.261,69
Edifício dos Paços do Concelho – DGAL	24.939,90	311,75
Protocolo de Modernização Administrativa - DGAL	17.044,00	0,00
Implementação do POCAL – DGAL	3.965,44	0,00
PITER – Theatro Club	49.827,57	6.228,45
PITER – Aldeia Turística da Carreira	17.927,54	896,38
DREN – Equipamento do Pavilhão da EB 2,3 Prof. Gonçalo Sampaio	30.302,00	3.787,75
DREN – Rede de Biblioteca Pública Municipal	15.500,00	0,00
FSE – QCA III	11.537,46	576,88
AGRIS – Monte do Pilar	59.855,73	2.992,78
AGRIS – Caminho do Monte	60.904,40	3.045,20
AGRIS – Envolventes Igreja de Fontarcada	37.409,84	1.870,49
PRODEP III – Tecnologias de Informação – Escolas	12.747,01	3.186,75
INAG – Rede de Abastecimento de Agua e Saneamento	159.859,39	7.992,97
ON – Parque do Pontido – 2ª Fase	212.582,97	10.629,15
ON – Rede Viária – 8ª Fase	50.349,68	2.517,48
ON – Rede de Agua e Saneamento – 3ª Fase	138.205,39	6.910,27
ON – Rede de Agua e Saneamento – 4ª Fase	968.342,81	48.084,91
INTERREG III A – Vias Augustas	44.249,98	2.212,50
IEFP – UNIVA	3.491,59	436,45
POAGRIS – Itinerário Pedestres	65.208,29	3.260,41
POAGRIS – Centro Ambiental de Calvos	130.760,50	6.538,03
LEADER – Centro Cívico de Moure	37.409,50	1.870,48
PRODEP – Equipamento Informático e Software p/Escolas	26.040,00	6.510,00

IEP – Estrada EN 207-4 Povoá/Vilela/Garfe	175.029,09	8.751,45
Empresa – Carrinha do Banco de Voluntariado	8.000,00	1.000,00
ON – Escola de Travassos	143.145,57	5.011,42
ON – Escola da Vila	517.679,08	18.612,50
ON – Estrada EN 207/4	226.225,19	27.335,54
ON – Abastecimento de Agua a Monsul	51.382,74	1.070,47
ON – Abastecimento de Agua ao Longo da EM 595 – Monsul/Verim	76.752,37	2.878,21
ON – Abastecimento de Agua a Lanhoso	12.452,39	622,62
ON – Piscina Coberta	31.798,37	2.782,36
ON – Abastecimento de Agua	1.163,54	407,24
ON – Rede Viária – 7ª Fase	84.133,46	3.155,00
INTERREG - AYUNTAMIENTO DE RIBADAVIA - ENOTURISMO	8.211,81	0,00
Total	5.141.991,72	264.674,80

Aos proveitos acumulados foi, em sede de regularização de exercício deduzida a verba relativa a amortização de proveitos o valor de:

- 2002 ⇒ 72.026€;
- 2003 ⇒ 98.825€;
- 2004 ⇒ 142.305€;
- 2005 ⇒ 171.801€;
- 2006 ⇒ 256.700€;
- 2007 ⇒ 264.675.

14 - Activo Bruto

Activo Bruto

€uros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	274.495,19		0,00			274.495,19
Edifícios						0,00
Outras construções e infra-estruturas	16.956.154,92		3.152.941,87			20.109.096,79
Bens do património histórico, artístico e cultural	244.277,67		0,00			244.277,67
Outros bens de domínio público						0,00
Imobilizações em curso	14.601,08		3.375.934,24		2.078.638,04	1.311.897,28
Adiant. por conta de bens de domínio público						0,00
Sub-total	17.489.528,86		6.528.876,11		2.078.638,04	21.939.766,93
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de Instalação	61.652,00		11.979,00			73.631,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imob. em curso						
Sub-total	61.652,00		11.979,00			73.631,00
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	193.750,00		38.000,00	140.988,33		90.761,67
Edifícios e outras construções	7.632.335,17		438.374,69		2.541,00	8.068.168,86
Equipamento básico	964.938,07		170.707,20		21.794,03	1.113.851,24
Equipamento de transporte	479.440,48		103.985,18		3.479,09	579.946,57
Ferramentas e utensílios	18.130,83		3.110,39			21.241,22
Equipamento administrativo	279.128,40		215.390,73		539,66	493.979,47
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	132.956,71		29.500,33			162.457,04
Imobilizações em curso	2.548.751,30		745.987,26		1.634.528,30	1.660.210,26
Adiantamentos por conta de imob. em curso	0,00					0,00
Sub-total	12.249.430,96		1.745.055,78	140.988,33	1.662.882,08	12.190.616,33
De Investimentos financeiros						
Partes de capital	615.697,60		140.928,00			756.625,60
Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00			0,00
Investimentos em imóveis						
Sub-total	615.697,60		140.928,00	0,00	0,00	756.625,60
Total	30.416.309,42		8.426.838,89	140.988,33	3.741.520,12	34.960.639,86

15- Mapa das Amortizações e Provisões

Amortizações

€uros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	2.128.877,17	975.443,12		3.104.320,29
Bens do património histórico, artístico e cultural	12.534,00	11.751,44		24.285,44
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
Sub-total	2.141.411,17	987.194,56		3.128.605,73
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de Instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso				
Sub-total				
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	377.629,71	114.534,26		492.163,97
Equipamento básico	306.304,53	136.927,59	190.129,70	633.361,82
Equipamento de transporte	203.257,30	57.893,29	-55.714,24	205.436,35
Ferramentas e utensílios	5.977,20	2.940,38	7.702,96	16.620,54
Equipamento Administrativo	98.734,14	69.879,72	113.494,72	282.108,58
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso				
Sub-total	991.902,88	382.175,24	255.613,14	1.629.691,26
De Investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Sub-total				
Total	3.133.314,05	1.369.369,80	255.613,14	4.758.296,99

16 - Entidades Societárias

Denominação	N.P.C	Cod. Jur.	Capital Social	Participação	
				Valor	%
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	503730947	SA	1.250.000,00	73.500,00	4,20
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	504596608	SQ	19.952,24	19.952,24	100
Águas do AVE	506110508	SA	16.000.000,00	663.165	4,10

VI - Anexos